

Almanaque do Brasil *nos tempos da* **INDEPENDÊNCIA**

Jurandir Malerba

Ilustrações: Cordeiro de Sá



editora ática

Almanaque do Brasil nos tempos da Independência

© Jurandir Malerba, 2022

PRESIDÊNCIA Mário Ghio Júnior

DIREÇÃO DE OPERAÇÕES Alvaro Claudino dos Santos Junior

DIREÇÃO EDITORIAL Daniela Lima Villela Segura

GERÊNCIA EDITORIAL E DE NEGÓCIOS Carolina Villari Tresolavy

COORDENAÇÃO EDITORIAL Laura Vecchioli

EDIÇÃO Juliana Muscovick (geral) e Ronald Polito (texto)

PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO Flávio Matuguma, Juliana Batista e Juliana Gonçalves

REVISÃO Andréa Bruno e Caroline Silva

ILUSTRAÇÕES Cordeiro de Sá

CAPA Jurandir Malerba, Cordeiro de Sá e Enrico Marchi

ICONOGRAFIA Claudia Bertolazzi (coord.), Jad Silva (pesquisa iconográfica) e Fernanda Crevin (tratamento de imagens)

PROJETO PEDAGÓGICO Leila Iannone

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Malerba, Jurandir | Almanaque do Brasil nos tempos da Independência /
Jurandir Malerba. -- 1 ed. -- São Paulo : Ática, 2022.

Bibliografia | ISBN 978-85-0819-627-2

1. Brasil – História – Independência, 1822 – Almanaque I. Título

21-5426 | CDD 981.04

Angélica Ilacqua | Bibliotecária - CRB-8/7057

CL 525077 | CAE 773721 | 2022 | 1ª Edição | 1ª Tiragem

Impressão e acabamento: **Pendente**



editora ática

Direitos desta edição cedidos à Somos Sistemas de Ensino S.A.

Av. Paulista, 901, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-200

Tel.: (11) 4003-3061

Conheça o nosso portal de literatura Coletivo Leitor:

www.coletivoleitor.com.br

Aos professores e professoras
de História que me educaram dos anos
iniciais à universidade; e aos que tive
o privilégio de ajudar a formar.
Não sei com quais eu mais aprendi!

Para D. Zezé, Tatiana, Dora e Giulia,
mãe, esposa e filhas. Alicerces.

AGRADECIMENTOS Um livro é sempre um trabalho coletivo. Muitas pessoas contribuíram para levantar esta obra, desde o desenho inicial até o acabamento. Fábio Weintraub acreditou no potencial do projeto e o encampou e enriqueceu, com suas dicas preciosas de composição, ritmo e respiração do texto. Nomeando Carolina Villari Tresolavy, reconheço a excelência profissional da equipe editorial do Grupo SOMOS. A generosidade de José Rivair Macedo, Aldrin Moura de Figueiredo, Beatriz Mamigoniam, Eduardo Neumann, Marcus Carvalho, Lorelai Cury, João José Reis, Hendrik Kraay e Maria Leônia Resende ajudou a apurar a narrativa em assuntos sensíveis como escravidão e tráfico negreiro, povos ameríndios e contato. Professor Mauro Bertoni leu as primeiras versões do manuscrito e ajudou a modular a linguagem. Foi um presente da vida o reencontro com Cordeiro de Sá, amigo de juventude que deu cor e vida à obra. Ronald Polito, de quem tenho o privilégio de privar da amizade, lapidou mais este trabalho meu. A todos e todas, minha gratidão!

Prefácio

“Almanaque” é termo de origem árabe – *al manākh* – e seu significado é tão variado como as características que se colaram ao gênero: de lugar onde o camelo se ajoelha a local de parada, de estação do ano a clima do dia e do mês, do circuito de um relógio aos diferentes meses do calendário. ¶ O certo é que, de tão recorrentes, essas publicações acabaram fazendo parte da própria história literária e do jornalismo. Em Portugal, por exemplo, o primeiro livro desse gênero data de 1496, e levou o nome de *Almanach Perpetuum*, de onde se denota a vocação dessas publicações que pretendiam dar conta de tudo: das tábuas de logaritmo até o percurso do sol, passando pelas personalidades e fatos da história. ¶ No século XIX, os almanaques viraram uma verdadeira febre, sendo que por aqui, o primeiro deles é editado em 1912, com título igualmente enciclopédico: *Almanaque do pensamento*. Ágeis, variados, cheios de curiosidades, mas também de informações valiosas, esses livros podiam ser vistos nas mãos dos estudantes, dos curiosos, dos jornalistas e até dos pesquisadores. ¶ Fiel ao espírito necessariamente democrático e inclusivo da educação de qualidade, ainda mais num país profundamente desigual, o professor e historiador Jurandir Malerba nos proporciona uma renovada versão dos almanaques. A iniciativa é inovadora não só no formato e nas cores fortes que o projeto gráfico apresenta, como, e sobretudo, na proposta teórica que carrega. Se os antigos livros do gênero costumavam trazer uma história basicamente engrandecedora, feita por personagens coloniais, masculinos e europeus, no caso desse *Almanaque do Brasil nos tempos da Independência* “a história é outra”. Em primeiro lugar, seu autor não se limita à data do 7 de setembro de 1822; mostra como a separação de Portugal implicou longo processo que começa em 1807, antes mesmo da vinda da Família Real, e termina pelo menos em 1835, com a Revolta dos Malês em Salvador. O historiador também não se restringe aos protagonistas de sempre; introduz a importante participação de mulheres, indígenas, pessoas negras e quilombolas e da comunidade LGBTQI+. Mostra, nesse sentido, como a trajetória brasileira é muito mais diversa do que nossos livros didáticos costumam apresentar. ¶ Todavia, se o livro ecoa uma historiografia renovada, que vem contestando o silêncio de nossos arquivos públicos, não deixa de ser e de se organizar como um “verdadeiro almanaque”. Apresentando todo tipo de evento, documentos escritos e visuais originais, tabelas e outros recursos, o *Almanaque do Brasil nos tempos da Independência* é uma verdadeira festa para os olhos e para as mentes. Ele é divertido, instrutivo e plural – coadunado com esses novos tempos que assistiram à entrada de mais agentes sociais na agenda brasileira. Também expressa a excelência da pesquisa realizada por seu autor, que não tem receio de explorar outros formatos que almejam alcançar para muito além do público especializado. ¶ Esse é, pois, um almanaque do Brasil e para o Brasil, que nos fará compreender uma independência diferente: menos conservadora e apenas monárquica, uma vez que realizada por todos os povos que, de fato, fizeram a história desse país. ¶ Esse é um livro que funciona como os bons remédios: não tem limite de alcance ou prazo de vencimento. Leia sem parar!

Sumário

p. 08

Apresentação

p. 18

1808

p. 38

1809

p. 50

1810

p. 68

1811

p. 82

1812

p. 98

1813

p. 122

1814

p. 134

1815

p. 144

1816

p. 164

1817

p. 182

1818

p. 196

1819

p. 216

1820

p. 228

1821

p. 252

1822

p. 286

***E a história
continua...***

p. 300

**ÍNDICE DE IMAGENS
REF. BIBLIOGRÁFICAS**

Apresente

Um dos primeiros livros não escolares que ganhei na vida, ainda criança, lá pelos idos de 1970, foi uma edição luxuosa do *Almanaque do Tio Patinhas*, que deve estar guardado em algum armário sentimental na casa de minha mãe. Um dia ela chegou do supermercado com aquele livro grande, em capa dura, que continha uma coleção das melhores histórias do velho pato avarento de Walt Disney — e fiquei encantado. Não entendia o nome daquele livro, “almanaque”, mas na época me bastava seu delicioso conteúdo. O formato também me fascinava: a capa, o colorido, a diagramação, que eu nem sabia que se chamava assim, “diagramação”. ¶ Na minha adolescência não existia ainda internet e muito menos o Google, então os estudantes tinham que fazer as pesquisas nas bibliotecas. O modo mais rápido de encontrar informação era nas enciclopédias, pois estava tudo ali: os reinos naturais, as espécies, a literatura, a geografia e a história, tudo arrumadinho em ordem alfabética. Lembro-me da *Enciclopédia do estudante*, que a gente colecionava por fascículos semanalmente — e, quando era disponibilizada uma capa dura, podíamos encadernar os volumes, um a um —, e do *Almanaque Abril*, também em fascículos colecionáveis, que nos atualizava com matérias curiosas e ilustradas. ¶ Logo descobri que os almanaques eram bastante presentes na vida das pessoas comuns. Morei em algumas cidades interioranas, onde os almanaques farmacêuticos eram muito populares. Tinha o *Almanaque Fontoura*, por exemplo, que trazia dicas de saúde, conhecimentos gerais e divertimentos, como jogos de erros e adivinhações. Eles estavam na casa de todas as famílias e por vezes eram a única fonte de informação. ¶ Quando fui estudar História descobri que o almanaque é um gênero literário muito antigo, embora seu formato tenha variado ao longo dos séculos. Ele sempre teve uma função prática, tanto de ordenamento do tempo, já que se organiza seguindo alguma forma de calendário, como de divulgação de informações úteis, relativas sobretudo às atividades agrícolas e aos cuidados com o corpo. No final da Idade Média, os astrólogos costumavam presentear os reis com almanaques no início de cada ano, para sua melhor instrução. Por isso, sempre continham dados sobre os astros (previsão meteorológica, eclipses), horóscopos e calendários. ¶ O surgimento da imprensa popularizou os almanaques, que começaram a circular na forma impressa na segunda metade do século XV. Essas publicações atualizavam, ano a ano, os saberes úteis à vida, além de oferecer um resumo dos acontecimentos importantes do ano anterior e uma cronologia para o ciclo que se iniciava. Tinham algo de um manual ao trazer informações de maneira sintética e didática. Cumpriam também a função de anuário estatístico, com dados e tabelas que sintetizavam os assuntos (de produção e circulação de mercadorias ou demográficas). Podiam ainda conter mapas e bandeiras, o que os assemelhava a um atlas. E não faltavam dados biográ-

ntação



- ↑ 01. Almanaque das Musas. França. 1767.
- 02. Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanak Laemmert). 1844.



ALMANAK
ADMINISTRATIVO
MERCANTIL E INDUSTRIAL
DO RIO DE JANEIRO
PARA O ANNO BISSEXTO DE
1844
PRIMEIRO ANNO



RIO DE JANEIRO
PUBLICADO E A' VENDA EM CASA DE
EDUARDO E HENRIQUE LAEMMERT
RUA DA QUITANDA, 77
1844

ficos de homens ilustres, a compor um panteão. ¶ Ao longo dos tempos, o almanaque foi se reinventando, assumindo novas formas e funções. Surgiram então os almanaques literários, como o *Almanaque das musas*, primeiro na França, depois em outros países, como Portugal. O século XVIII é a época dos iluministas, pensadores que queriam tudo saber e controlar, organizando metodicamente o conhecimento adquirido. Assim, surgiram as enciclopédias, que sistematizavam alfabeticamente o conhecimento acumulado pela humanidade, em meio a um momento de grande desenvolvimento científico. Esse ímpeto enciclopédico contaminou os almanaques da época, quando também começaram a aparecer os primeiros almanaques históricos. ¶ Trazidos pelos portugueses, os almanaques se alastraram pelo Brasil, inclusive nos sertões distantes. Desde o século XIX, os “almanaqueiros” tornaram-se pessoas de muita distinção no interior do Nordeste. Alguns continuam sua arte até hoje, com uma estética que lembra a da literatura de cordel. ¶ Talvez por causa dessa tentativa de organizar o conhecimento de forma sintética e facilmente assimilável, por muito tempo as belas-letas e a academia esnobaram — e talvez ainda esnobem — o almanaque, considerando-o um formato menor. “Conhecimento de almanaque” ou “verdades de almanaque” são expressões que se usavam de modo depreciativo, mas, ao longo do tempo, muitos autores proeminentes começaram a observar as virtudes desse gênero tão popular. O grande mago da literatura realista portuguesa Eça de Queirós assim se referiu a ele:

☺ Por isso os homens se apressaram a arquivar essas verdades de Almanaque — antes mesmo de fixar em livros duráveis as suas Leis, os seus Ritos, os seus Anais. Antes de ter um Código, uma Cartilha, uma História, a cidade antiga teve um Almanaque. Só o Almanaque verdadeiramente nos penetra na realidade da nossa Existência, porque a circunscreve, a limita, a divide em talhões regulares, curtos, compreensíveis, fáceis de desejar e depois fáceis de recordar porque têm nome, e quase têm forma, e onde se vão depondo e vão ficando os fatos da nossa feliz ou desgraçada História. As datas, e só elas, dão verdadeira consistência à vida e à sua evolução (QUEIRÓS, 1895, p. 35).

Os almanaques adquiriram outras feições e funções nas sociedades ocidentais à época da indústria cultural de consumo. Apesar disso, não perderam presenteiramente traços comuns dos almanaques lidos por Eça e mesmo passaram a motivar outras formas de registro pessoal. As velhas “agendas” impressas (que hoje foram parar no celular) cumpriam a função de verdadeiros almanaques pessoais, onde, além de organizar o tempo, marcar os compromissos, as pessoas registravam como viveram acontecimentos marcantes (“Onde você estava no dia do 7 × 1 entre Brasil e Alemanha?”), inscreviam pensamentos, sentimentos, impressões, alguma poesia bissexta, clipavam fotografias e guardanapos de papel anotados, junto com a flor seca e o papel de embrulho do bombom que ganharam do *crush* (que então se chamava “paquera”). Hoje, as redes sociais funcionam, de alguma maneira, como almanaques pessoais e ainda interativos à medida que amigos vão comentando nossas postagens e acrescentando a elas *links* com arquivos de texto, imagem, áudio e vídeo. ¶ Os calendários continuam a ocupar um lugar importante na vida das pessoas ainda hoje. Além de organizarem nossas vidas no tempo linear do suceder dos anos, eles cumprem outra função muito primordial entre

PRICE, 10 CENTS.

Vol. 4.]

35 YEAR OF PUBLICATION.

[No. 5.

BRANSON'S
AGRICULTURAL
ALMANAC



FOR THE YEAR OF OUR LORD

1902,

And until the 4th of July, the 126th year of American Independence.

SECOND YEAR OF 20TH CENTURY.

Carefully Calculated for the Latitude and Longitude of Raleigh, by

LEVI BRANSON, A. M., D. D.

LEVI BRANSON, Publisher, Raleigh, N. C.

GET THE BEST AND STICK TO IT—NO OTHER LIKE IT.

1902, BY LEVI BRANSON.



nós. Quando as sociedades elegem algum acontecimento de sua história como digno e necessário de ser lembrado, como um “acontecimento memorável”, elas instituem um elemento de coesão social. Esse artifício existe em todo tempo e lugar, mas foi particularmente forte no século XIX, quando as nações começaram a ser inventadas, como ainda hoje as conhecemos.

■ **A INVENÇÃO DOS “HERÓIS NACIONAIS”** Monarcas ou presidentes e seus corpos treinados de funcionários, os arquitetos dos Estados-nação no século XIX, dentro da moldura do romantismo literário, foram grandes produtores de datas cívicas e heróis pátrios. Para lembrar seus feitos e condutas exemplares em acontecimentos estabelecidos como fundadores, inscreveram no calendário as ações notáveis dessas pessoas e as datas a serem lembradas e celebradas. Esses momentos de reprodução e reforço da mítica de acontecimentos fundadores e heróis abnegados eram e são particularmente fortes nas datas “redondas”, como os centenários, bicentenários, etc. Nessas ocasiões, as autoridades, com repercussão das mídias disponíveis, mobilizam a sociedade com eventos comemorativos diversos, como aconteceu: no centenário da Proclamação da República (1989); nos quinhentos anos do “descobrimento” da América (1992) e do Brasil (2000); e nos duzentos anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil (2008). Os historiadores e críticos contemporâneos, porém, têm mostrado como a eleição de determinadas datas, acontecimentos e sujeitos a serem lembrados acaba jogando nas sombras do esquecimento outras datas, personagens e eventos. ¶ No caso da Independência do Brasil, esse movimento sempre se repetiu de forma ainda mais intensa. O cinquentenário da Independência (1872), por exemplo, foi rememorado e celebrado pela monarquia de dom Pedro II com uma série de ações, entre as quais o levantamento da famosa *Estátua equestre de d. Pedro I*, na praça hoje chamada Tiradentes — um herói republicano! —, no Rio de Janeiro. ¶ No primeiro centenário da Independência (1922), o presidente da República na ocasião, Epitácio Pessoa, fez da efeméride o carro-chefe da propaganda de seu mandato. Entre inúmeras atividades culturais, o Estado brasileiro realizou a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922, inaugurada em 7 de setembro, no Rio de Janeiro, que contava com expositores de treze países de três continentes. O espírito comemorativo tomou o país. Em São Paulo, nomeado em 1917 diretor do Museu Paulista (o “Museu do Ipiranga”) justamente para cuidar dos preparativos das comemorações do centenário, que aconteceriam cinco anos depois, o historiador Afonso D’Escragnon Taunay coordenou várias ações importantes, como a encomenda de quadros históricos a grandes artistas brasileiros, entre os quais Oscar Pereira dos Santos, Domenico Failutti, Rodolfo Amoedo, Aurélio Zimmermann e Henrique Bernardelli (muitos reproduzidos a seguir). ¶ A ditadura civil-militar que assolou o Brasil entre 1964 e 1985 se apropriou da data do sesquicentenário da Independência (1972) para revigorar sua cartilha ideológica do progresso e do patriotismo. Campanhas cívicas da época eram lançadas no 7 de Setembro com bordões como: “Este é um país que vai pra frente” e “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Já no governo militar do general Médici, foi feita a transladação dos restos mortais de dom Pedro I de Portugal para o Brasil. Aqui, em uma espécie de culto “necrocívico”, suas ossadas perambularam país a fora, quando se reforçou a ideia do primeiro im-



**MEMENTO
MORI**



**CARPE
DIEM**



perador do Brasil (que era português) como fundador da nacionalidade brasileira. ¶ Mais uma vez entramos num contexto em que o calendário pautará, e por alguns anos, uma verdadeira guerra de narrativas sobre como se deu e o que significou a Independência do Brasil. Não serão poucos que, em discursos veiculados nos mais variados formatos, repetirão noções típicas do século XIX, segundo as quais a história é produto da ação de homens iluminados que guiam o curso do tempo, agindo como verdadeiros salvadores da pátria; um “espírito nacional”, que existia incubado nos brasileiros guiados pelo monarca-herói, libertou o Brasil e fundou uma nova nação; a Independência foi um processo tranquilo; no Brasil o povo é pacífico e respeitador da ordem, e tantas outras tópicas criadas no século XIX e que escutamos até hoje. Os historiadores e historiadoras profissionais já superaram essas visões patrioteiras há muito tempo. Mas esses usos do passado e disputas sobre a versão dos fatos a ser transmitida fazem parte das lutas políticas e ideológicas do presente — ainda mais em tempos de pós-verdades e *fake news*, como os que vivemos hoje.

■ **POR QUE ESTE LIVRO É UM ALMANAQUE?** Como historiador profissional, penso que este almanaque é uma forma de contribuir para a construção de uma cultura histórica e para a formação dos estudantes brasileiros, não apenas mais uma narrativa da Independência, seus agentes, suas circunstâncias, causas e consequências. Sempre que contamos uma história, estabelecemos uma sequência de começo, meio e fim, e, assim, atribuímos um sentido para ela. ¶ O gênero almanaque me permitiu reconstituir um pouco da complexidade dos tempos da Independência. Não havia bandidos e mocinhos, nem missões civilizadoras. Havia pessoas, povos, lutas, disputas sangrentas dentro de um grande mosaico que vinha sendo montado havia séculos, sobre um extenso tabuleiro que era o território brasileiro, de natureza prodigiosa e habitado por centenas de nações ameríndias. Povos originários que vinham sendo despossuídos, escravizados e mortos pelos colonizadores desde o primeiro encontro, em 1500. A eles vieram se juntar, trazidos pela ganância e pelo tráfico intercontinental, milhões de africanos, que aqui continuavam chegando para serem escravizados à época da Independência, e ainda por décadas. ¶ Os tempos da Independência são múltiplos e sua cronologia é uma organização feita de maneira arbitrária, a depender de quem conta a história. Poderíamos ter dilatado esse período para muito antes e muito depois de 1822; ou circunscrito este almanaque ao tempo curto da política. Mas há um sentido em começar pelo desembarque da Corte portuguesa no Brasil em 1808. Muitas obras clássicas mostram como esse quadrante da primeira metade do século XIX é um divisor de águas na história do Brasil. A chegada da Corte marca o início de uma transformação que vai alterar as feições da velha colônia e que se acentuará depois, com o processo de imigração europeia, na segunda metade do século. ¶ Por outro lado, as temporalidades que atravessam um acontecimento são infinitas. Centenas de povos completamente alheios ao calendário cristão e ocidental habitavam o Brasil à época daquilo que entendemos por “Independência”; gentes que desconheciam esses acontecimentos da política a que os homens do século XIX atribuíram uma aura mítica. Muitos povos da floresta, por exemplo, viviam seus próprios tempos, que só se emaranhavam com o tempo dos brancos nos momentos críticos e violentos

do contato. O mesmo ocorria em relação aos povos africanos trazidos à força para a América, que tinham seus próprios marcos temporais. Portanto, a multiplicidade de temporalidades que atravessa o evento Independência move-se num perpétuo vaivém. Ora retrocede ao tempo longo, secular das estruturas coloniais, da exploração predatória dos recursos naturais, da escravidão e da produção mercantil, dos agentes e ações da administração da Coroa portuguesa na América, dos movimentos de resistência, das guerras, do mercado e das técnicas. Ora se projeta no futuro, nas adversidades que a Independência mesma reproduziu ou criou, nos usos de sua memória, nas lembranças e nos esquecimentos que os homens ativamente produziram sobre ela. Muitos são os tempos que cruzam esses passados presentes! ¶ Claro que nunca cabe tudo. Outro autor poderia escrever um almanaque a partir de parâmetros muito diferentes. Mas as referências históricas que foram usadas para compor este livro oferecem ao leitor e à leitora um grande painel com dados demográficos, econômicos, culturais, sociais e políticos. Por certo que não são informações brutas, já que há sempre interpretações delas; a própria seleção do material para esta obra já pressupõe uma interpretação. Aqui, a diversidade das gentes, a violência latente (de Estado em particular), quadros mentais, hierarquias sociais, identidades, lutas de resistência foram temas destacados. ¶ Respeitando a cronologia, foram feitas inserções de aspectos estruturantes daqueles tempos, como a presença dos povos originários e as atitudes do Estado português para com eles; o tráfico negreiro e a escravização de africanos e afrodescendentes, assim como algumas ruidosas explosões de rebeldia e resistência negra; questões macroeconômicas, que estariam depois na mesa quando dos debates da Independência; o patriarcalismo e a situação das mulheres na sociedade; o cotidiano e a sociedade de Corte. E, claro, as coisas da política de Estado, antes e durante a Independência. Misturadas com tudo isso entram referências cruzadas à memória e às comemorações da data em outros tempos, e a reverberação no tempo presente de alguns dos tópicos tratados. ¶ Para cada assunto, há sempre um comentário situando o tema, extratos de fontes de época, muitos cronistas e viajantes, referências a autores clássicos. E imagens, muitas imagens. Que o leitor tenha oportunidade, a partir deste almanaque, de se aproximar desse tema complexo, plural, disputado, que é o Brasil dos tempos da Independência e, a partir dele, sentir-se tentado a aprofundar seu conhecimento utilizando fontes confiáveis para poder avaliar, com discernimento, quais narrativas sobre o passado são dignas de crédito e respeito. Quem sabe as “verdades de almanaque” que encontrará aqui possam despertar a curiosidade de um historiador ou historiadora, profissional ou curioso, ou simplesmente mais um(a) colecionador(a). O *Almanaque do Brasil nos tempos da Independência* já terá cumprido plenamente seu papel, porém, se servir para a formação de cidadãos e cidadãs mais atentos e fortes.







1808

O ano de 1808 começou em 1807 para aquilo que viria a ser o Brasil. No imenso território americano banhado pelo oceano Atlântico ao sul da linha do equador, ainda coberto de exuberante natureza, formava-se uma complexa sociedade, forjada na brutalidade de relações coloniais, constituída do que havia sobrevivido dos 5 milhões de indivíduos de 900 etnias ameríndias existentes na época do contato com os europeus, hoje estimados em 800 mil; outros milhares de colonizadores portugueses migrados, estabelecidos e miscigenados ao longo de gerações; e mais alguns milhões de africanos e afrodescendentes traficados para a América. ¶ Nos anos posteriores à Revolução Francesa (1789), a guerra se arrastava na Europa, opondo os grandes impérios coloniais da França e da Grã-Bretanha. Diante da pressão dessas potências militares, impérios mais frágeis como as monarquias ibéricas foram sucumbindo um a um. Perante a ameaça de Napoleão Bonaparte, seguida pela invasão do reino pelas tropas francesas, o príncipe regente de Portugal encontrou na fuga para seus domínios na América sua tábua de salvação. Sob proteção da esquadra britânica, a Corte e parte dos altos funcionários do Estado fugiram para o Brasil em 29 de novembro de 1807, aportando parte da comitiva, na qual estava o príncipe regente dom João, na cidade da Bahia (Salvador) em 22 de janeiro de 1808.



Fuga da Corte para o Brasil

Documentos de época contam que, depois que o embaixador do Reino Unido em Lisboa, Lord Strangford, entregou ao príncipe o exemplar do jornal francês *Le Moniteur Universel*, em que Napoleão anunciava que a Casa de Bragança não reinava mais na Europa, só coube ao regente embarcar logo que conseguiu e zarpar. ¶ “A partir desse momento, tudo não passava de confusão; valetes, mulheres, soldados, objetos preciosos e os móveis maiores e mais inúteis eram carregados a bordo. O cais de Belém ofereceu um espetáculo triste e grotesco; o regente, chegando em uma carruagem com o infante da Espanha e com um único criado, não encontrou ninguém para recebê-lo; dois soldados da polícia jogaram pranchas ao pé da carruagem para impedir que o regente caísse na lama do cais. A princesa Carlota chegou

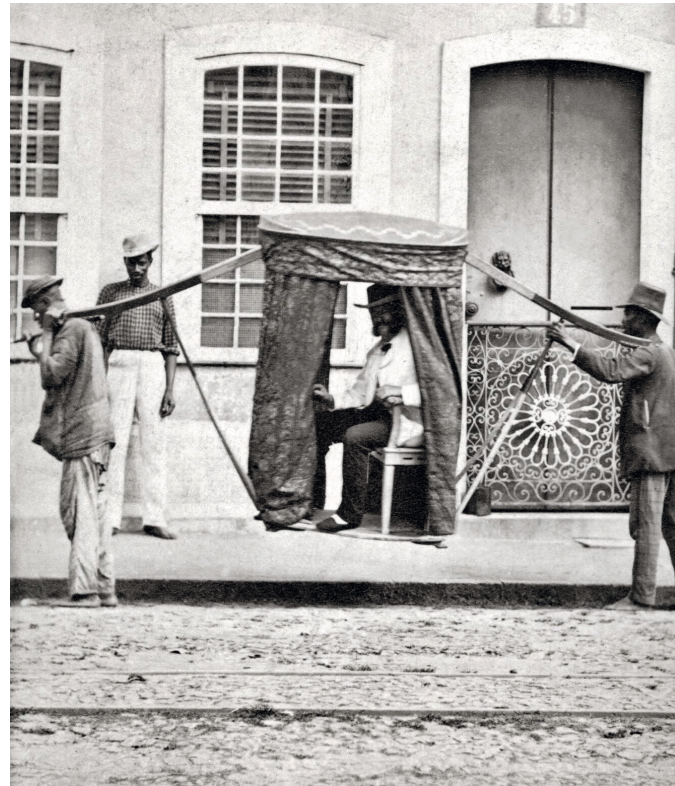
em outro carro com todos os filhos, e a rainha, em um terceiro, com apenas uma dama de companhia; ela entrou em uma cadeira de sedan, gritando como sempre, e teve que ser forçada a embarcar. [...] Os conselheiros do governo, antecipando a catástrofe, acumularam por vários anos moedas de ouro nos cofres privados do regente. No dia de sua partida, não restavam 10 mil cruzados no tesouro público. Fazia três meses que os oficiais do exército [não] recebiam qualquer remuneração; o pagamento da dívida pública estava em atraso; bem como os salários dos diretores, funcionários e juizes. A maioria das pessoas que acompanhavam o regente era ligada ao tribunal; apenas um pequeno número de nobres seguiram o príncipe [...]” (HISTOIRE DE JEAN VI..., 1827, p. 48 ss).

← 01. Nicolas-Louis-Albert Delerive. Embarque da família real portuguesa no cais de Belém, em 29 de novembro de 1807. ↓ 02. Anônimo. *Senhora na liteira com dois escravos*. Salvador (BA). [c. 1860]. → 03. Alberto Henschel. *Escravos transportando homem numa liteira*. Salvador (BA). [c. 1869].



CADEIRA DE SEDAN

Nome alternativo de uma liteira, uma cadeira, aberta ou fechada, suspensa por duas longas hastes de madeira, por meio das quais a conduziam dois carregadores.



22 JAN Depois de uma tempestade dispersar a frota à altura da linha do equador, uma parte da família real seguiu direto para a cidade do Rio de Janeiro. Nela estavam a rainha dona Maria I e as infantas. A outra, em que estava o príncipe regente, aportou em Salvador. Uma semana depois, em 29 de janeiro,

decretava-se a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Uma lei de 1785 que proibia o funcionamento de indústrias na colônia foi abolida. O decreto da abertura dos portos pôs fim, na prática, ao sistema de monopólio português que estava vigente havia trezentos anos no Brasil.



← 04. Cartaz comemorativo do 1º Centenário da Abertura dos Portos, no Rio de Janeiro. Exposição Nacional de 1908.

08 MAR **DOM JOÃO DESEMBARCA NO RIO DE JANEIRO** Conta o cronista Joaquim Manoel de Macedo (1991) que dom Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, era vice-rei do Brasil quando, em 14 de janeiro de 1808, entrou no porto do Rio de Janeiro o brigue de guerra *Voador*, trazendo a notícia da iminente chegada da família real portuguesa. Inúmeras providências tiveram que ser tomadas a toque de caixa para recepcionar a família real e a “chusma de parasitas” que compunha sua Corte. A primeira coisa que o príncipe regente fez ao desembarcar foi mandar rezar uma missa. Daí por diante foram dias seguidos de festas. Afora a correria para arranjar aposentos para tantos homens e mulheres das mais distintas classes.

“APOSENTADORIAS” Do dia para a noite desembarcavam aproximadamente 10 mil pessoas numa cidade com população estimada em 60 mil almas, quase dois terços da qual composta de negros, africanos escravizados introduzidos na colônia por meio do tráfico intercontinental, e seus descendentes. Para tentar resolver o problema das acomodações, dom João instituiu o sistema das aposentadorias (de aposentos), que decretava que os habitantes da cidade do Rio de Janeiro tinham que entregar suas casas (com tudo dentro, móveis e inclusive criados), caso a administração requisitasse. Reza a crônica que os imóveis requeridos pela Coroa tinham suas portas marcadas com as iniciais “P.R.”, de “príncipe regente”, a que logo o povo satirizou como um “Ponha-se na Rua”. Enquanto vigorou, esse sistema propiciou aos nobres lusos certo conforto no usufruto dos melhores edifícios da cidade, de que estiveram privados seus legítimos donos até 1818, quando foi extinto.

Estimativas da população do Brasil

Henry Hill, que serviu como cônsul americano na cidade da Bahia, avaliou a população do império em 1817 em 3.300.000 habitantes, ocupando uma superfície de cerca de 9.876.763 léguas quadradas, e fraccionando-se nas seguintes raças:

ÍNDIOS BRAVIOS	500.000
ÍNDIOS DOMESTICADOS	100.000
NEGROS E MULATOS ESCRAVOS	1.000.000
NEGROS LIVRES	80.000
MESTIÇOS	800.000
BRANCOS	820.000

Em 1825, Joaquim Pedro Cardoso Casado Giraldes estimou a população geral em cerca de 5.000.000 habitantes. Em 1830, Malte-Brun calculou-a em 5.340.000 habitantes, numa superfície de 401.600 léguas, isto é, treze indivíduos para cada légua quadrada. Já Adriano Balbi a restringia a 3.617.900. Segundo Malte-Brun, essa população constava das seguintes raças:

BRANCOS	1.347.000
NEGROS	2.017.000
MESTIÇOS	1.748.000
INDÍGENAS	28.000

Adaptado de: Silva (1951, p. 153).

11 MAR Desembarcado no Rio de Janeiro, o príncipe regente tomou várias medidas administrativas ao longo de 1808, como a implantação de repartições do Estado português na cidade do Rio de Janeiro: Real Arquivo Militar, Casa de Suplicação, Conselho Superior Militar, Conselho Supremo de Justiça, Mesa do Desembargo do Paço e Mesa de Consciência e Ordens, Erário Régio, Conselho da Fazenda. Instalou-se no Rio a primeira casa bancária, ainda portuguesa, mas que viria a se chamar Banco do Brasil. Também novas iniciativas foram postas em prática para atender às urgências do Estado e ao projeto de “civilizar” o Brasil. O problema é o entendimento que a administração portuguesa tinha de “civilizar”. Se a ele se ligavam iniciativas como melhorias urbanas, de



comunicação e transporte, de saúde e educação, de mudança de hábitos e cultura, também cuidava de políticas relativas ao trato dos afro-brasileiros, escravizados ou libertos, e das populações indígenas. E tais ações não dispensavam o uso de violência física. ¶ Do ponto de vista político-administrativo, uma das medidas mais importantes tomadas pelo príncipe regente foi a organização do novo ministério, que dom João compôs com seus mais próximos e leais vassalos: dom Rodrigo de Souza Coutinho (que depois se tornou conde de Linhares), ministro da Guerra e do Estrangeiro; dom Fernando José de Portugal (vice-rei do Brasil e governador da Bahia entre 1788 e 1891); e conde de Aguiar, ministro da Fazenda e do Interior.

1º JUN ■ **FUNDAÇÃO DO CORREIO BRAZILIENSE** Considerado o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, fundado e editado por Hipólito da Costa, circulou ininterruptamente com periodicidade mensal entre 1º de junho de 1808 e 1º de dezembro de 1822, totalizando 175 números agrupados em 29 volumes. Como outros jornais portugueses produzidos no exílio, o *Correio Braziliense* inseriu-se no debate político da época, defendendo princípios liberais como a Constituição, a liberdade de imprensa, a publicidade dos orçamentos do Estado, o combate ao despotismo, o fomento à imigração europeia e o fim da escravidão, desde que lenta, segura e gradual. No Brasil, circulava clandestinamente. Muitos jornais surgiram em capitais europeias para combater o periódico de Hipólito da Costa, como *O investigador Portuguez em Inglaterra*, *O Espelho Político e Moral* e *O Campeão Portuguez*, todos de orientação conservadora. As transições “lentas, seguras e graduais” foram desde sempre buscadas pelas elites dirigentes. Dessa forma se efetuou a transição democrática após a ditadura civil-militar (1964-1985).

“ O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral duma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes que ele espalha tiram das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia ou do engano. Ninguém mais útil, pois, do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente e desenvolver as sobras do futuro. ¶ Levado destes sentimentos de patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas sobre os fatos políticos, civis e literários da Europa, empreendi este projeto, o qual espero mereça a geral aceitação daqueles a quem o dedico. Longe de imitar só o primeiro despertador da opinião pública nos fatos que excitam a curiosidade dos povos, quero, além disso, traçar as melhorias das ciências, das artes e, numa palavra, de tudo aquilo que pode ser útil à sociedade em geral. Feliz eu se posso transmitir a uma nação longínqua e sossegada, na língua que lhe é mais natural e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empresa todas as minhas forças, na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança, a que me propus (CORREIO BRAZILIENSE, 1808).



↑ 05. Frei Velloso. *O fazendeiro do Brazil*. [c. 1806].

13 JUN ■ **FUNDAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO NO RIO DE JANEIRO**
 A aclimação de plantas exóticas foi praticada por todos os impérios coloniais da Era Moderna. Desde o século XVII, Portugal continuamente enviava especiarias do Oriente para suas possessões em Angola, Cabo Verde, São Tomé e, especialmente, Brasil. A partir da revolução científica dos séculos XVII e XVIII, essa prática ganhou novos padrões. Cacau, índigo, cochonilha (o corante cor carmim, não o inseto!), cravo, canela, baunilha e pimenta-do-reino estão entre as espécies exóticas mais conhecidas que se disseminaram em terras brasileiras,

depois de terem passado pelos hortos e jardins de aclimação — ou aclimação apenas –, como se dizia. A criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1808, se insere nessa política há muito tempo praticada por Portugal. ¶ Dom João VI incentivou muito a cultura do chá-preto, produzido a partir da *Camellia sinensis*. O pintor alemão Johann Moritz Rugendas, que viajou pelo Brasil entre 1822 e 1825, registrou os chineses que o príncipe real mandou “importar” por serem grandes conhecedores dessa cultura e do beneficiamento do produto. ¶ Além do setor de aclimação de espécies de consumo, a área dedicada a espécies frutíferas e frondosas ganhou espaço importante, servindo à população fluminense como espaço de lazer. Lagos e cascatas foram construídos, assim como o aterramento e a drenagem de pântanos com vistas à ampliação da área. O Jardim Botânico foi um dos primeiros parques públicos do Rio de Janeiro.

REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

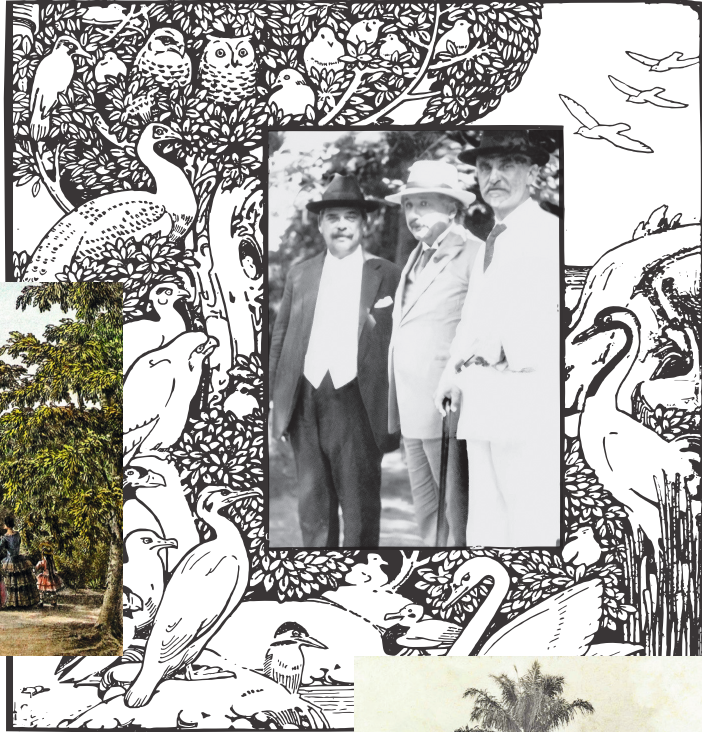
Conceito criado por Alexandre Koyré em 1939 para designar uma série de mudanças nas formas de conhecimento do universo. Até o final da Idade Média, o conhecimento se fundava nos dogmas da fé e na revelação. A partir do Renascimento, o desenvolvimento do espírito crítico, da dúvida sistemática, gerou uma revolução nos modos de conhecer, que passaram a ser legitimados por meio da experimentação, da observação e do pensamento racional, dando início à ciência, como a conhecemos hoje. Galileu, Newton, Copérnico, Descartes e Bacon figuram entre os promotores da revolução científica.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO *Algumas vezes tomávamos pela estrada da Praia de Botafogo, na direção da Lagoa Rodrigo de Freitas, uma hora distante, onde está a real fábrica de pólvora e um viveiro para vegetais estrangeiros, que é chamado Jardim Botânico [...] Atrás das casas está situado o dito Jardim Botânico. Diversas belas alamedas de árvores-do-pão do Oceano Pacífico (*Artocarpus incisa*), itus de folhagem cerrada (*Guarea trichilioides*) e mangueiras cortam a plantação, dividida em quadrados regulares, cujo mais importante objeto de cultivo é o arbusto do chá chinês. [...] O governo português dedicou especial atenção à cultura desse vegetal, cujo produto da China é anualmente exportado para a Inglaterra, no valor de 20 milhões de escudos. O ex-ministro, conde de Linhares, mandou vir umas centenas de colonos chineses, a fim de tornar conhecidas as vantagens do cultivo e do preparo do chá. [...] Além da árvore do chá, mostraram-nos ainda diversas plantas da Índia Oriental, a caneleira (*Laurus cinnamomum*), o craveiro-da-índia (*Caryophyllus aromaticus*), a pimenteira (*Piper nigrum*), o gneto (*Gnemon gneton*), a noz-moscada (*Mirystica moschata*), a caramboleira (*Averrhoa carambola*), cujas frutas ácidas têm muito bom sabor na sopa etc. Embora parte destas árvores tenha apenas um ano de idade, já a maioria deu frutos. Cuidadoso e perseverante trato fará aclimar aqui todas essas plantas, pois o Novo Continente foi preparado pela natureza para hospedar os produtos de todos os climas e aperfeiçoá-los tais como eram na sua pátria de origem (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 105-106).*

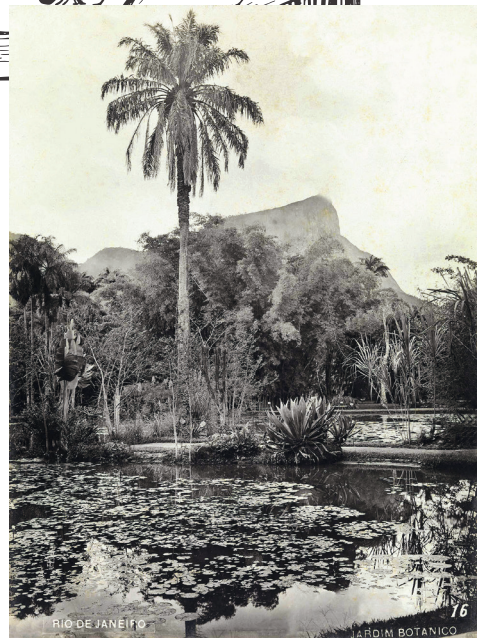
O Jardim Botânico sempre atraiu grandes cientistas do Brasil e do exterior. Na foto, Albert Einstein o visitou em 1925. “A visita ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro na agradável e amável companhia do professor Pacheco Leão significa para mim um dos

maiores acontecimentos que tive mediante impressões visuais (externas). Quero aqui mais uma vez expressar meus profundos agradecimentos” (Albert Einstein, texto retirado do livro de visitantes do JBRJ – 1925).

→ 06. Albert Einstein visita o Jardim Botânico. 1925. ↓ 07. Pieter Godfred Bertichen. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 1856.

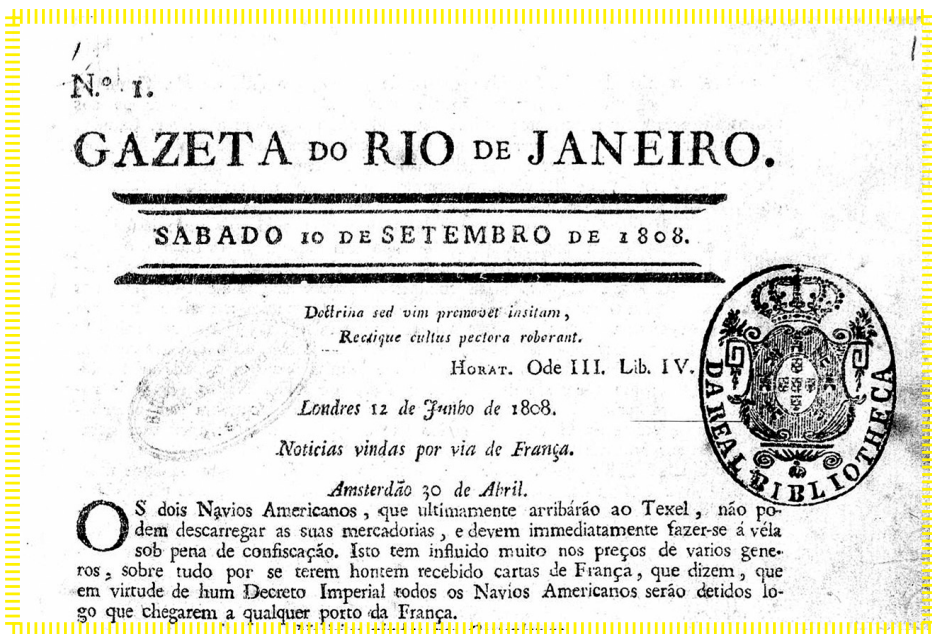


→ 08. Antonio Caetano da Costa Ribeiro. *Jardim Botânico*. 1914. ↓ 09. Johann Moritz Rugendas. Plantação chinesa de chá dentro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 1835.



10 SET Com a prensa trazida na fuga da família real, começa a circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico regular do país e tipo de diário oficial da Coroa.

“ Tendo circulado às quartas-feiras e aos sábados, ou seja, como bi-hebdomadário, foi editada primeiro pelo frei Tibúrcio José da Rocha e, depois, redigida pelo primeiro jornalista profissional do Brasil, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Precursora do *Diário Oficial da União*, foi o segundo jornal da história da imprensa brasileira, sendo, no entanto, o primeiro a ser redigido e publicado totalmente no Brasil, pela Impressão Régia, com máquinas trazidas da Inglaterra — o primeiro periódico nacional, o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa em postura contrária à Coroa, foi lançado cerca de três meses antes, totalmente editado em Londres. Até a década de 1820, apenas publicações da Impressão Régia e de poucos impressores ligados ao poder tinham licença para circular no Brasil. Todavia, com a Independência, a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* acabou sendo suspensa, sendo sua edição nº 157, de 31 de dezembro de 1822, a derradeira (BNRJ, 1808).



↑ 10. Primeira página da *Gazeta do Rio de Janeiro*. 1808.

02 DEZ ■ **DECLARAM-SE VAGAS AS TERRAS CONQUISTADAS AOS ÍNDIOS POR MEIO DA "GUERRA JUSTA"** Entre as medidas tomadas pela Coroa portuguesa no Rio de Janeiro para “civilizar” o território americano estava o enfrentamento da herança colonial da escravidão e dos povos indígenas que resistiam na luta por suas vidas e sua terra. Sobre a política de dom João dirigida aos povos originários do Brasil, os indígenas, ela é considerada por especialistas como Manuela Carneiro da Cunha e Maria Leônia

Chaves um enorme retrocesso em relação às diretrizes anteriores, estabelecidas pelo marquês de Pombal, que havia decretado não apenas o fim do cativeiro e a liberdade absoluta dos índios já desde 1755, mas seu reconhecimento como vassallos reais. ¶ O que se verificou sob ordens do príncipe regente, depois de instalado no Rio de Janeiro, foi uma verdadeira abertura da temporada de caça aos índios que viviam no rio Doce, nas capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo, majoritariamente de etnia Kaingang, vulgarmente chamados de “botocudos” pelos portugueses. A Coroa se utilizou dos conflitos já existentes entre as diversas etnias para arregimentar povos coropós, coroados e puris, mais propensos ao contato com os brancos, contra os botocudos, avessos aos ocidentais. Ouvindo seu poderoso ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, semanas após chegar ao Rio de Janeiro, dom João ordenou medidas violentas contra os indígenas, primeiro os daquela região, depois contra os “bugres” do Sul, em nome do “justo terror” contra os antropófagos, entendidos pela Coroa como uma demanda urgente para a civilização e metropolização da colônia, contra todo resquício de “selvageria” ou “barbárie”. ¶ Na Carta Régia de 13 de maio de 1808 (COLEÇÃO DE LEIS..., 1808), alegando invasões e antropofagia na capitania de Minas Gerais, às margens do rio Doce, a Coroa portuguesa declarava “guerra ofensiva [,] que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim contra aqueles povos indígenas.” ¶ A “guerra justa” lançada pela Coroa contra os índios do rio Doce em 1808 se arrastaria por anos, sendo oficialmente revogada apenas em 1831, já no período regencial — embora a perseguição aos povos indígenas iniciada no século XVI não tenha efetivamente acabado até os dias de hoje. Essa guerra alinha-se a outras medidas tomadas pela Coroa como parte de um grande esforço civilizador, por meio do qual o regente português buscava, com a introdução de “melhoramentos”, “civilizar” o Brasil, ou seja, europeizar e ocidentalizar os povos da colônia, para fazê-la digna da presença da Corte real.

☺ **ESCRavidÃO INDÍGENA** A escravidão dos índios foi abolida várias vezes, em particular no século XVII e no século XVIII: ou seja, a abolição foi várias vezes, por sua vez, abolida. ¶ A partir de 1808, a declaração de guerra justa contra os botocudos e os Kaingang legaliza a escravização desses índios. Curiosamente, essa escravidão é prevista por tempo determinado, a ser computado a partir do dia de seu batismo (1/4/1809). Numa retórica característica do início do século XIX, vem expressa em termos pedagógicos: a escravidão temporária dos índios, dobrando-os à agricultura e aos ofícios mecânicos, deveria fazer-lhes perder sua ‘atrocidade’ e, sujeitando-os ao trabalho como os sujeitava às leis, elevá-los a uma condição propriamente social, isto é, humana. ¶ Declarada ou embuçada, porém, a escravidão indígena perdurou surpreendentemente até pelo menos os meados do século XIX. Vendiam-se crianças e adultos eram disfarçadamente escravizados também. No que é hoje o Amazonas, a escravização nas formas mais tradicionais — apresamento direto, estímulo à guerra indígena para compra de prisioneiros — continuava como se nada houvesse. Mas até na corte se encontravam escravos índios até pelo menos 1850. Nessa data, o viajante americano Thomas Ewbank anota:

‘Os índios aparecem para serem escravizados tanto quanto os negros; no Rio muitos deles têm sido negociados’. Durante a seca do Ceará, os pais venderiam seus filhos, seguindo um procedimento inaugurado no século XVI: ‘Antes era muito difícil conseguir um indiozinho por menos de setenta mil-réis, mas agora os seus pais, não tendo nada que comer, oferecem-nos de bom gosto por dez’. (GUNHA, 1992, p. 141-146).

■ **DADOS DEMOGRÁFICOS** Não há estatísticas precisas sobre as populações indígenas que habitavam os sertões banhados pelo rio Doce. Em 1827, o militar francês Guido T. Marlière estimou que os índios do Espírito Santo e de Minas Gerais contavam cerca de 20.000 indivíduos. No ano seguinte, calculou-se a população de Minas Gerais em 35.353 habitantes, sendo 22.165 pessoas livres, 8.094 das quais consideradas brancas; 5.788 índios civilizados, 5.601 mulatos e 2.682 negros comporiam o restante da população livre. Os escravos correspondiam a 37,3% da população total



(13.188 indivíduos) e eram a base da mão de obra de uma economia voltada à exportação, cujos principais produtos eram a farinha de mandioca e o açúcar. Diante de uma população indígena tão marcante, os colonos de origem europeia optavam por viver próximos ao litoral, sobretudo ao sul do rio Doce (MOREIRA, 2010). ¶ Sobre o rio Doce, o naturalista alemão príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied registrou a narração da guerra dos botocudos tal como feita pelo oficial subalterno do Quartel do Riacho, que o hospedava em suas explorações científicas.

“ De uma feita assaltaram repentinamente o ‘quartel’, mataram um dos soldados, e teriam apanhado e massacrado os outros se estes não fugissem e procurassem escapar pelo rio, tomando uma canoa, que aconteceu justamente vir chegando com a salvação. Não podendo alcançá-los, os selvagens encheram o canhão de pedras e retiraram-se para as selvas. Depois desse fato, o último

ministro de estado, conde Linhares, declarou-lhes guerra formal [...]. Desde então não se deu trégua aos ‘botocudos’, que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo; e só de vez em quando, em determinadas ocasiões, crianças muito pequenas foram poupadas e criadas. Essa guerra de extermínio foi mantida com a maior perseverança e crueldade, pois acreditavam firmemente que eles matavam e devoravam todos os inimigos que lhes caíam nas mãos (WIED, 1940, p. 150).

O príncipe pesquisador Wied deixou registro de inestimável valor histórico sobre a brutalidade, a logística e as táticas militares que os portugueses usavam contra os indígenas e defesa destes:

“ A crueldade dos soldados nesses ataques excede a tudo quanto se possa imaginar. No ataque dirigido a Linhares, pouco antes de minha chegada, prendeu-se uma mulher, que não queria se entregar, defendendo-se por meio de dentadas e arranhões; um soldado abriu-lhe o crânio com um golpe de facão,



tão violento, que chegou a ferir a cabeça do menino que ela trazia às costas. [...] Alcançada a vitória e postos em fuga os índios, cortaram-se as orelhas dos mortos, troféus que, segundo me contaram, tinham sido, não há muito tempo, remetidos ao governador, na vila de Vitória; foram também enviados muitos arcos e flechas obtidos no combate (WIED, 1940, p. 238).

Em outra passagem, Wied relata uma tática abominável, que tinha como princípio o conceito de guerra bacteriológica, quando os portugueses usavam de ardis para propositalmente disseminar doenças letais como a varíola entre os povos indígenas, contra a qual não tinham defesa imunológica.

“ Dá-nos o sr. Eschwege algumas notícias sobre as rigorosas medidas tomadas pelo conde Linhares contra os botocudos, medidas estas que, significando embora uma guerra de extermínio contra eles, não foram todavia narradas de



↑ 11. Debret. *Família de botocudos em marcha*. [c. 1834-1839].

modo suficientemente incisivo. Só há verdade no que conta o autor sobre as atrocidades praticadas contra os indefesos índios, pois nenhum meio ficou esquecido capaz de dizimá-los. Houve até pessoas desumanas que fizeram a tentativa de exterminá-los, lançando mão de roupas contaminadas com as pústulas de varíola, a fim de que eles espalhassem entre os seus a terrível doença (WIED, 1940, p. 311). O pintor francês Jean-Baptiste Debret, que veio para o Brasil em 1816, cujas tintas carregam toda sorte de preconceitos gerados por seu eurocentrismo, fez a seguinte descrição etnográfica dos “botocudos”:

“ Os selvagens conhecidos no Brasil pelo nome de *botocudos* descendentes dos antigos *aimorés*, da raça dos *tapuias* (botocudos ou puris). *Edgereck-mung* é o nome verdadeiro na sua própria língua e *epcoseck* (grandes orelhas) o que lhes dão os selvagens *malalis*, em Peçanha, nas margens do rio Doce superior, onde travam constantes batalhas. Consideram injúria o nome botocudos, que lhes foi dado pelos portugueses por causa da forma dos pedaços de madeira que usam nas orelhas e no lábio inferior, semelhantes a um tampo de tonel (botoque). Essa raça de selvagens sempre foi considerada a mais feroz e a mais terrível dentre os tapuias. Existe apenas um pequeno número de aimorés, os quais viveram outrora às margens do rio dos Ilhéus: trata-se de alguns anciãos que, com o nome de *jeréns*, vivem à beira do Itaipé. [...] Em 1816 vimos, no Rio de Janeiro, uma família de botocudos civilizados, trazida das margens do rio Belmonte pelo comandante Cardoso da Rosa, a fim de ser apresentada ao príncipe regente dom João VI. O chefe era notável pelo seu costume, composto de um manto e um diadema de pele de tamanduá. Para a sua apresenta-